

Gulbenkian **Intergeneracional** **Um compromisso** **com o futuro**



FUTUREFORUM

Coordenação Luís Lobo Xavier, Catarina Andrade

Produção gráfica Clara Vilar

Design gráfico Formas do Possível

Lisboa. Janeiro, 2023

A Fundação Gulbenkian, através do Fórum Futuro, cuja Comissão Científica é presidida por Miguel Poiares Maduro, procura contribuir para a identificação, estudo e discussão dos desafios fundamentais do futuro na sociedade. Pretende promover massa crítica sobre esses temas e levar a pensar as políticas públicas de hoje com base nos desafios do futuro.

É com estes objetivos em mente que está a levar a cabo uma iniciativa, coordenada pelo Diretor do Serviço de Planeamento e Estratégia da Fundação, Luis Lobo Xavier, que pretende introduzir o tema da justiça intergeracional na discussão pública e incentivar os diferentes agentes a atender ao impacto intergeracional das políticas públicas.

Estes são objetivos complexos e ambiciosos: por um lado, porque se procura abranger também os direitos de pessoas que, em muitos casos, ainda nem nasceram e que, por isso, ainda não têm voz no espaço público; por outro, porque se tenta contrariar aquilo que o filósofo político espanhol Daniel Innearity designou de curto-termismo na definição das políticas públicas.

Uma das peças-chave desta iniciativa incluiu a criação de conhecimento, com a elaboração de um conjunto de estudos, envolvendo diversos investigadores e universidades. Foi avaliado, de forma concreta, o impacto de diferentes políticas públicas em gerações distintas, pois só desta forma se avaliam todos os custos e benefícios dessas políticas. Tal é particularmente importante em áreas consideradas estruturais e de impacto a longo prazo na vida das pessoas: habitação, finanças públicas, mercado de trabalho e ambiente.

Em paralelo, e de forma a levar à aprovação futura de políticas públicas justas para todas as gerações, foram identificados os fatores que contribuíram para o sucesso da implementação de políticas de longo prazo, e foi elaborada uma metodologia inovadora que permite avaliar o impacto das políticas públicas nas gerações atuais e futuras.

Acreditamos que esta iniciativa da justiça intergeracional dará, a par com outras iniciativas em preparação, um importante contributo para a reflexão sobre os grandes desafios futuros que o país enfrenta, fornecendo instrumentos metodológicos para definir as opções estratégicas de longo prazo que Portugal deve tomar para lhes responder.

Isabel Mota

Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian

1. O que é a Justiça Intergeracional e porque é importante	4
2. A ação da Fundação	6
3. O que pensam os portugueses?	12
3.1. O que pensam os cidadãos	13
3.2. O que pensam os decisores políticos	14
3.3. O que pensam os jovens	17
4. Que desigualdades entre gerações existem em Portugal?	20
4.1. Comprar casa aos 30? Ou ficar em casa dos pais?	22
4.2. As finanças públicas são sustentáveis a longo prazo?	24
4.3. Há trabalho para a geração mais escolarizada de sempre?	26
4.4. Que recursos naturais deixamos para as gerações futuras?	29
5. Políticas públicas justas para todas as gerações	32
5.1. Metodologia de avaliação de políticas públicas	33
5.2. Que condições favorecem a implementação de políticas públicas a longo prazo?	37
6. Conclusão e agradecimentos	40

1.

**O QUE É A JUSTIÇA
INTERGERACIONAL
E PORQUE É
IMPORTANTE**



A justiça intergeracional é um contrato social que promove uma distribuição justa dos recursos pelas várias gerações, as de hoje e as de amanhã.

Este compromisso com as gerações futuras está na base do próprio conceito de Sustentabilidade, estabelecido em 1987 no relatório Brundtland “Our Common Future”, das Nações Unidas.

“Sustainable development meets the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs.”

Brundtland report “Our Common Future”,
Nações Unidas, 1987

Por sua vez, as decisões que tomamos hoje têm muitas vezes impacto no mundo que vamos deixar aos nossos filhos e netos. Deste modo, o princípio de igual dignidade dos seres humanos deve aplicar-se não só aos homens e mulheres que vivem hoje, mas também aos que virão a existir.

Neste sentido, é a justiça intergeracional que vai garantir que as gerações atuais assumem as suas responsabilidades para com as gerações seguintes, que, mesmo que ainda não tenham voz, não podem ser deixadas de fora do debate, uma vez que terão de lidar com as consequências profundas das decisões e das políticas atuais.

“Se a geração presente não assumir as suas responsabilidades face às gerações seguintes, estas, quando nascerem ou atingirem a maioria, não terão como reclamar os seus direitos. Por essa razão, é importante discutir já hoje a regulação das escolhas das gerações presentes com impacto nas gerações seguintes, e avaliar mecanismos que permitam fazer cumprir essas regras.”

Desafios sobre Justiça Intergeracional, baseado em trabalho original de Axel Gosseries, 2018

O tema da justiça intergeracional tem vindo a ganhar relevância crescente nos últimos anos, devido à progressiva sensação de que o futuro será pior do que o presente, e de que o contrato para deixar um mundo melhor aos nossos filhos está a ser quebrado. Começa, aliás, a prenunciar-se um conflito entre gerações, o que representa um grande risco para a democracia no século XXI.

Uma forma de salvaguardar o legado democrático passa por promover uma maior justiça intergeracional, levando a que as políticas públicas considerem as necessidades de todas as gerações: os mais velhos, os mais jovens e os ainda não nascidos.

A justiça intergeracional é a garantia de que o contrato social fundamental entre as diferentes gerações será respeitado.

2.

A AÇÃO DA FUNDAÇÃO





© FCG / Pedro Pina

A Fundação Calouste Gulbenkian, através do Fórum Futuro, tem como objetivos identificar e antecipar os desafios fundamentais da sociedade, promover massa crítica, e colocar grandes temas em discussão pública.

Nesse sentido, decidi lançar em 2018 uma iniciativa com objetivo de promover a reflexão e o debate sobre a justiça intergeracional, trazendo o tema para a discussão pública e para a agenda política, e incentivando os decisores políticos a considerarem critérios de justiça intergeracional na definição de políticas públicas.

Uma vez que o próprio conceito fundamental de justiça intergeracional faz parte da sua essência enquanto instituição perpétua, a Fundação Gulbenkian assume-se como entidade privilegiada para abordar este tema.

“The trustees of endowed institutions are the guardians of the future against the claims of the present. Their task in managing the endowment is to preserve equity among generations.”

What Is Permanent Endowment Income?, James Tobin, 1974

PLANO DE TRABALHO

A iniciativa começou com uma clarificação dos principais desafios conceptuais associados à justiça intergeracional (1). Foi igualmente elaborado um amplo diagnóstico sobre a presença do tema no debate público, procurando conhecer as perceções e opiniões dos cidadãos e dos decisores políticos acerca da justiça intergeracional. Neste âmbito, efetuaram-se entrevistas a políticos portugueses (2), realizou-se um inquérito alargado à população portuguesa (3), e foi analisada a presença do tema nos discursos parlamentares e na imprensa (4). Por fim, foram promovidos debates e *focus groups* com mais de cem jovens portugueses de todo o país (5).

Na fase seguinte, foram promovidos quatro estudos com o objetivo de avaliar, de forma objetiva e baseada em dados estatísticos, as principais desigualdades entre gerações em diferentes áreas de política pública: habitação (6), finanças públicas (7), mercado de trabalho (8) e ambiente (9).

Em paralelo, e de forma a identificar os mecanismos que levam à adoção de políticas públicas justas para todas as gerações, foram identificados os fatores que contribuíram para o sucesso da implementação de políticas de longo prazo (10), e foi desenvolvida uma metodologia inovadora que permite avaliar o impacto das políticas públicas nas gerações atuais e futuras (11).

Os capítulos seguintes apresentam os principais resultados e conclusões dos vários estudos, que também estão disponíveis, em português e inglês, num site dedicado <https://gulbenkian.pt/de-hoje-para-amanha/>.

O projeto tem motivado uma elevada receptividade e interesse em diversas instituições nacionais e internacionais, e possibilitou a criação de uma rede interdisciplinar de investigadores sobre o tema (autores, *peer reviews* e outros), provenientes de dezenas de universidades nacionais e estrangeiras.



Diagnóstico

Saber o que pensam **cidadãos e políticos portugueses**

Analisar a presença do tema nos **discursos parlamentares** e na **imprensa**

Promover o debate e o diálogo intergeracional com **jovens**



Estudos Temáticos

Avaliar as principais **desigualdades entre gerações** em diferentes áreas de política pública:

Habitação
Finanças Públicas
Mercado de Trabalho
Ambiente



Propostas

Identificar condições que permitem implementar **políticas de longo prazo**

Desenvolver metodologias que permitam **avaliar o impacto das políticas públicas nas gerações atuais e futuras**

ESTUDOS JUSTIÇA INTERGERACIONAL

- Diagnóstico**
- 1. Desafios sobre Justiça Intergeracional,**
baseado no trabalho original de Axel Gosseries, 2018.
 - 2. Perceções da Classe Política Portuguesa sobre a Justiça Intergeracional,**
Catherine Moury com Daniel Cardoso e Maria Cerejo, 2018.
 - 3. Preferências Intergeracionais da População Portuguesa,**
Sandra Maximiano, 2018.
 - 4. Justiça Intergeracional e Sustentabilidade – Uma Análise dos Discursos Parlamentares e dos Média,**
Joana Gonçalves de Sá com Paulo Almeida e Lília Perfeito, 2020.
 - 5. Uma Visão dos Jovens sobre Justiça Intergeracional - #GeraçõesComVoz,**
Margarida Gaspar de Matos e Cátia Branquinho, 2021.
- Estudos Temáticos**
- 6. Habitação Própria em Portugal numa Perspetiva Intergeracional,**
Romana Xerez com Elvira Pereira e Francielli Dalprá Cardoso, 2020.
 - 7. Finanças Públicas, uma Perspetiva Intergeracional,**
Francesco Franco com Luís Teles Morais, Tiago Bernardino e João Jalles, 2021.
 - 8. A Equidade Intergeracional no Trabalho em Portugal,**
Pedro S. Martins, 2021.
 - 9. Limites Ecológicos: o Impacte Intergeracional do Uso de Recursos Naturais,**
Tiago Domingos e Ricardo da Silva Vieira, 2021.
- Propostas**
- 10. Governar para a Próxima Eleição ou para a Próxima Geração?,**
Catherine Moury e Daniel Cardoso com Ana Paula Costa e Mafalda Escada, 2021.
 - 11. Metodologia de Avaliação do Impacto Intergeracional das Políticas Públicas,**
SOIF – School of International Futures, 2021.





3.

DIAGNÓSTICO: O QUE PENSAM OS PORTUGUESES?



3.1 O QUE PENSAM OS CIDADÃOS?

Os portugueses querem mais justiça intergeracional, mas sem ter custos hoje.

Apesar de 77% das pessoas inquiridas considerarem que cada geração deve deixar mais recursos às gerações seguintes do que aqueles que recebeu das gerações anteriores (Figura 1), quando, durante o inquérito, foram colocadas perante cenários hipotéticos de redistribuição de recursos, não mostraram apetência para fazer sacrifícios pelas gerações seguintes.¹

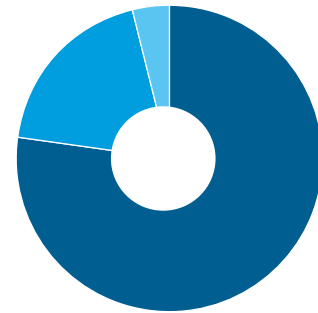
Outro estudo recente² aponta na mesma direção: a grande maioria dos inquiridos com mais de 60 anos acredita que as pensões futuras (de quem hoje tem entre 40 e 50 anos) não estão asseguradas. No entanto, 76% dos inquiridos não aceitariam reduzir a sua pensão em 10% para garantir as pensões futuras que receberão os mais jovens.

Outro dado interessante revela que mais de metade dos inquiridos considera que os decisores políticos não estão a fazer o suficiente pelas gerações futuras.

Em concreto, 85% dos inquiridos consideram que a Segurança Social não vai dar às gerações futuras os mesmos benefícios que dá hoje às gerações que se estão a reformar (Figura 2).

Nesse sentido, os cidadãos consideram que devem ser tomadas medidas para defender o bem-estar das gerações futuras: mais de 80% dos inquiridos concordam com a criação de limites ao endividamento que permitam conter os encargos para as próximas gerações (Figura 3), e quase 70% consideram que deveria existir um organismo estatal destinado a defender os interesses das gerações futuras, tal como uma Provedoria das Gerações Futuras ou uma Secretaria de Estado do Futuro (Figura 4).

Figura 1
Na sua opinião cada geração deve transferir para a geração futura...¹



- **77%** mais recursos dos que recebeu da geração anterior
- **19%** idênticos recursos aos que recebeu da geração anterior
- **4%** menos recursos dos que recebeu da geração anterior

Figura 2
Na sua opinião, acha que a Segurança Social vai dar às gerações futuras os mesmos benefícios que está a dar às gerações que se estão hoje a reformar?



¹ Maximiano, 2018, <https://gulbenkian.pt/de-hoje-para-amanha/publication/preferencias-intergeracionais-da-populacao-portuguesa/>

² VI Sondagem do Instituto BBVA de Pensões “Longevidade e os Desafios da Poupança Após a Reforma” (2019)

Figura 3

Deveriam existir limites ao endividamento público por forma a não deixarmos um encargo tão grande às gerações futuras?

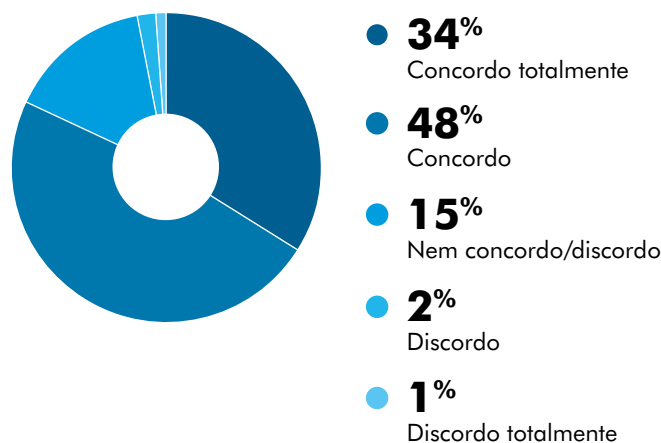
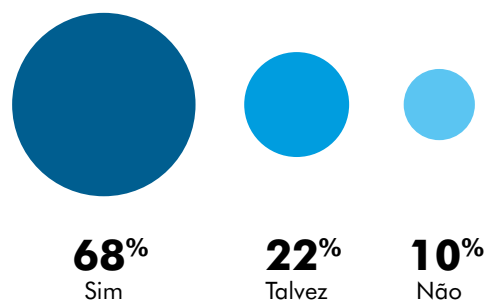


Figura 4

Na sua opinião, deveria existir um organismo estatal que defendesse os interesses das gerações futuras?



3.2

O QUE PENSAM OS DECISORES POLÍTICOS?

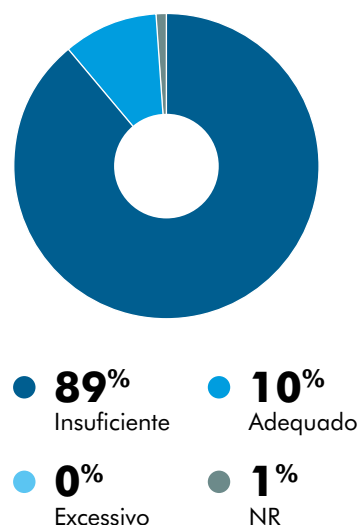
Os decisores políticos, independentemente das diferenças ideológicas, concordam no diagnóstico: 89% dos inquiridos consideram que a presença da justiça intergeracional no discurso político é insuficiente³ (Figura 5).

Esta resposta é coerente com a falta de referência às gerações futuras nos debates na Assembleia da República sobre temas relevantes com impacto a longo prazo, como a dívida pública, o ambiente ou as pensões. Com efeito, entre 1976 e 2018 apenas 3% ou menos dos discursos parlamentares nestes temas mencionam as gerações futuras⁴ (Figura 6).

Tal é surpreendente, uma vez que as gerações vindouras serão chamadas no futuro a pagar a dívida pública, serão as futuras beneficiárias do sistema de pensões, e serão fortemente impactadas pelas alterações climáticas e outros fenómenos ambientais, não devendo, portanto, ficar de fora do debate.

Figura 5

Como avalia papel da justiça intergeracional no discurso político?



³ Moury, 2018, <https://gulbenkian.pt/de-hoje-para-amanha/publication/percecoes-da-classe-politica-portuguesa-sobre-a-justica-intergeracional/>

⁴ Gonçalves-Sá, 2020, <https://gulbenkian.pt/de-hoje-para-amanha/publication/justica-intergeracional-e-sustentabilidade/>

Figura 6
Discursos Parlamentares que mencionam as Gerações Futuras, por tema:³
 em % do total de discursos sobre o tema



72% dos deputados inquiridos consideram que se estão a transferir poucos recursos para as gerações futuras (Figura 7), e, nesse sentido, foi-lhes pedido que se pronunciassem sobre diferentes propostas de políticas públicas destinadas a proteger o bem-estar das gerações futuras.

- Quase 90% apoiam a criação de impostos sobre bens de consumo altamente poluentes, tais como detergentes ou recipientes de plástico, utilizando a respetiva receita na preservação dos recursos naturais (Figura 8).
- 78% são favoráveis a apoios sociais às famílias que têm a seu cargo crianças ou idosos, repartindo assim os encargos intergeracionais por toda a sociedade (Figura 9).
- Praticamente nenhum dos inquiridos se opõe a uma avaliação obrigatória da sustentabilidade financeira das políticas públicas, com base em projeções sociais, demográficas e económicas (Figura 10).

Muitos dos decisores políticos entrevistados pensam que a justiça intergeracional deve ser entendida em termos de reciprocidade: dos mais velhos para os mais novos, mas também dos mais novos para os mais velhos. Por exemplo, como refere um entrevistado, uma sociedade intergeracionalmente justa é aquela “onde as várias gerações contribuem proporcionalmente para um esforço comum”.

Figura 7
Na sua opinião, as gerações atuais estão a transferir para as gerações futuras:

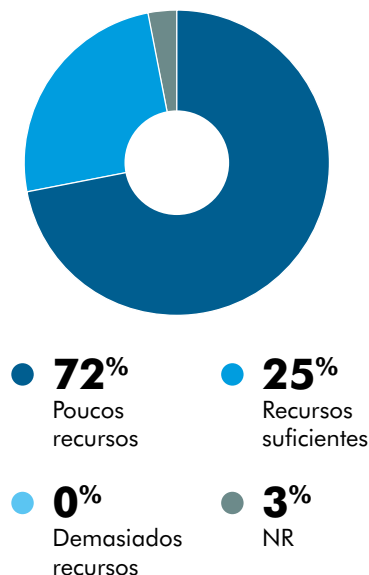


Figura 8
Qual a sua posição relativamente a aumentar impostos sobre bens de consumo altamente poluentes, como detergentes ou recipientes de plástico, e investir estas receitas na preservação dos recursos naturais?

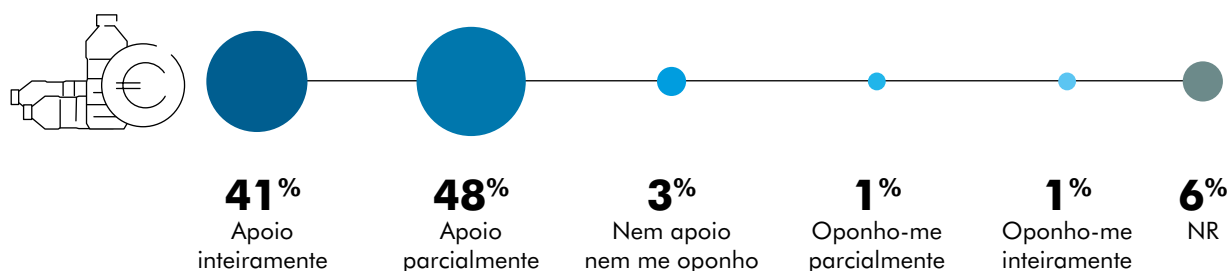


Figura 9

Qual a sua posição relativamente a aumentar os apoios sociais às famílias que têm a seu cargo crianças ou idosos, repartindo assim os encargos intergeracionais por toda a sociedade?

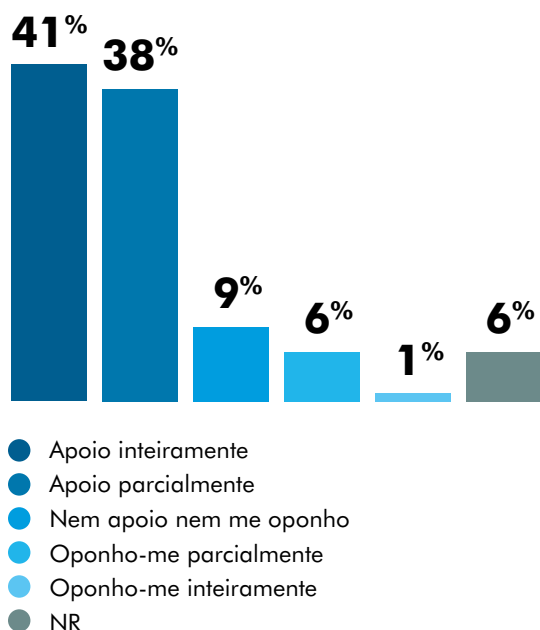
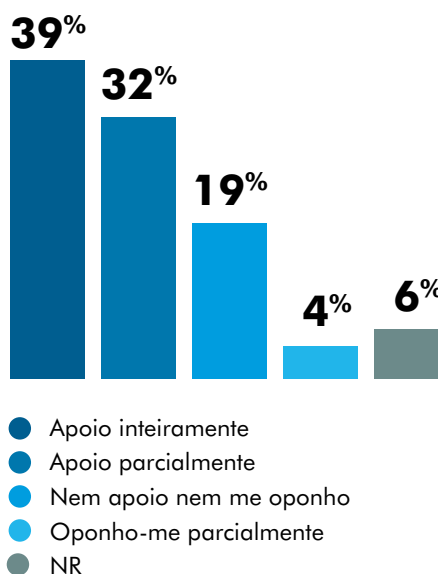


Figura 10

Qual a sua posição relativamente a planejar obrigatoriamente a sustentabilidade financeira das medidas do governo para um horizonte de 40 anos, com base em projeções sociais, demográficas e económicas?



Para quase todos os entrevistados, a principal razão por trás da incapacidade de agir para criar mais justiça intergeracional é a inexistência de incentivos políticos para o fazer. Como refere um inquirido: “Ninguém ganha eleições a falar de demografia, ninguém ganha eleições a falar do país interior (...) tem que haver um amplo consenso (...)”. Este entrevistado cita Reagan que dizia “os governos não governam para as próximas gerações, governam para as próximas eleições”.

Quase unanimemente, os entrevistados salientam a necessidade de estudar mais os problemas concretos relacionados com a justiça intergeracional; sobretudo para sensibilizar a opinião pública. Isto permitiria à sociedade civil organizar-se, fazer ouvir a sua voz, e assim incentivar os partidos a colocar na agenda temas de sustentabilidade.

“We all know what to do, but we don’t know how to get re-elected once we have done it.”

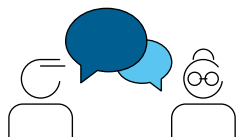
Jean-Claude Juncker, ex-Presidente da Comissão Europeia, 2007

3.3

O QUE PENSAM OS JOVENS?

Os jovens acreditam que a sua geração tem um grau de preocupação, conhecimento e ação muito superior à geração dos seus pais e avós, em particular no tema do ambiente⁵ (Figura 11).

Apesar disto, admitem que o seu conhecimento e a sua capacidade de ação estão abaixo do seu nível de preocupação demonstrado. Os jovens acreditam também que os seus descendentes terão um maior conhecimento e capacidade de ação.



O diálogo intergeracional é um processo importante na desconstrução de crenças e mitos entre gerações.

Inicialmente, os jovens atribuíram inúmeras vezes “a culpa” dos problemas atuais às gerações passadas, principalmente nas questões relacionadas com o ambiente; após o diálogo com pais, avós e outras pessoas de referência, os jovens contextualizaram de outro modo estas questões, tendo em conta a falta de recursos de outras épocas, e compreenderam que ainda assim eram adotadas atitudes sustentáveis, como o uso do saco de pano para comprar o pão, as garrafas de vidro para comprar leite, a reutilização de roupas e arranjos das mesmas pelos membros da família, assim como a menor utilização de veículos próprios.

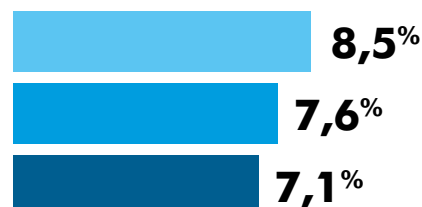


A escola é o cenário central e motor na implementação de grande parte das estratégias que os jovens referem.

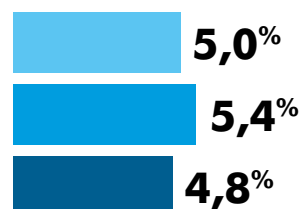
Os jovens consideram que o desenvolvimento de programas, plataformas ou inquéritos (com suporte digital), que permitam investigar e promover a justiça intergeracional e a participação juvenil na definição das políticas públicas, poderá também facilitar o diálogo intergeracional – a nível familiar, escolar e comunitário.

Figura 11

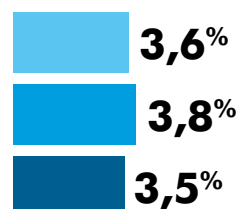
Jovens



Geração dos Pais



Geração dos Avós



Futuros Descendentes



- Preocupação
- Conhecimento
- Ação

⁵ Matos, 2021, <https://gulbenkian.pt/de-hoje-para-amanha/publication/uma-visao-dos-jovens-sobre-justica-intergeracional/>





4.

**QUE DESIGUALDADES
ENTRE GERAÇÕES
EXISTEM EM
PORTUGAL?**



Os cidadãos e os decisores políticos defendem que as atuais gerações têm o dever de deixar às gerações seguintes bens, recursos e oportunidades pelo menos similares aos que herdaram das anteriores. Mas será que é isto que está a acontecer?

A Fundação promoveu quatro estudos que avaliam de forma objetiva as principais desigualdades entre gerações em diferentes áreas de política pública:



- O estudo ***Habitação Própria em Portugal numa Perspetiva Intergeracional***⁷, aborda o acesso à habitação própria em Portugal, identificando as desigualdades existentes entre as várias gerações, bem como os riscos sociais que estas representam.
- O estudo ***Finanças Públicas: Uma Perspetiva Intergeracional***⁸, analisa a contribuição das várias gerações para o orçamento do Estado e para a dívida pública, bem como os encargos deixados às gerações futuras.
- O estudo ***Equidade Intergeracional no Trabalho em Portugal***⁶ analisa a evolução das diferentes gerações no mercado de trabalho nas últimas décadas, identificando as diferenças salariais e contratuais existentes. O estudo apresenta ainda dados sobre o prémio salarial da educação, o acesso das várias gerações a benefícios sociais e o impacto das crises económicas na evolução das suas carreiras.
- O estudo ***Limites Ecológicos: O Impacte Intergeracional do Uso de Recursos Naturais***⁹, calcula o impacto da utilização de recursos naturais pelas diferentes gerações em Portugal, identificando o legado (ou encargo) deixado às gerações futuras.

Os estudos traçam um cenário desafiante para as novas gerações, que pode pôr em causa a mobilidade social e o contrato social intergeracional.

⁶ Martins, 2021, <https://gulbenkian.pt/de-hoje-para-amanha/publication/a-equidade-intergeracional-no-trabalho-em-portugal/>

⁷ Xerez, 2020, <https://gulbenkian.pt/de-hoje-para-amanha/publication/habitacao-propria-em-portugal/>

⁸ Franco, 2021, <https://gulbenkian.pt/de-hoje-para-amanha/publication/financas-publicas/>

⁹ Domingos, 2021, <https://gulbenkian.pt/de-hoje-para-amanha/publication/limites-ecologicos/>

4.1

COMPRAR CASA AOS 30? OU FICAR EM CASA DOS PAIS?

A análise à evolução do acesso à habitação própria em Portugal revela um cenário desafiante para as gerações mais recentes.

A despesa anual média das famílias portuguesas com habitação mais do que duplicou em 26 anos (Figura 12). Em sentido contrário, a despesa pública com a habitação diminuiu para quase metade entre 1995 e 2017.

A percentagem de jovens até aos 29 anos com casa própria tem vindo a diminuir drasticamente desde o início do século. Estima-se que em 2017 apenas 1 em cada 4 tinha acesso a habitação própria (Figura 13).

Paralelamente, a percentagem de jovens adultos (18-34 anos) a viver em casa dos pais tem vindo a aumentar. Em 2018, esta percentagem tinha já atingido os 64% (Figura 14).

Figura 12
Evolução do peso da despesa anual média das famílias com habitação

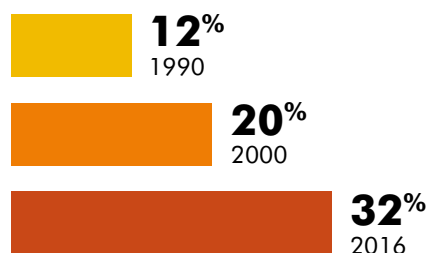
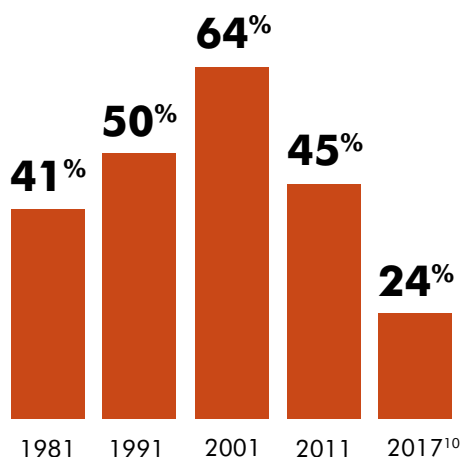
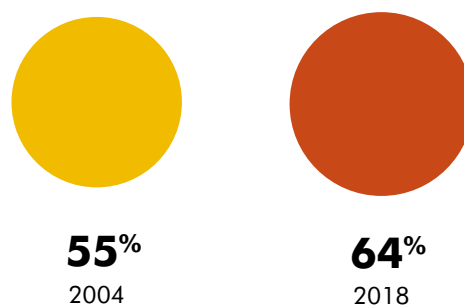


Figura 13
Percentagem de jovens até aos 29 anos com casa própria



¹⁰ A fonte dos dados de 2017 é o ICOR (sendo os Censos para os restantes anos)

Figura 14
Percentagem de jovens adultos (18-34 anos) a viver em casa dos pais



Ao contrário das duas gerações anteriores, só uma baixa percentagem de *Millennials* é proprietária com hipoteca antes dos 30 anos (Figura 15). No entanto, quando inquiridos, 88% indica que gostaria de viver na sua própria casa dentro de 5 a 9 anos¹¹.

A explicação para esta baixa percentagem poderá estar relacionada com o facto de, segundo dados do Banco de Portugal, as famílias mais jovens terem registado uma redução de riqueza líquida superior a 50% desde 2010 (Figura 16).

Outro dado relevante mostra que, em 2018, 55% do crédito à habitação era detido por pessoas que só acabariam de o pagar depois da idade da reforma (Figura 17).

¹¹ Fonte: Century 21, 2019 – II Observatório do Mercado da Habitação em Portugal)

Figura 15
Evolução dos proprietários com hipoteca

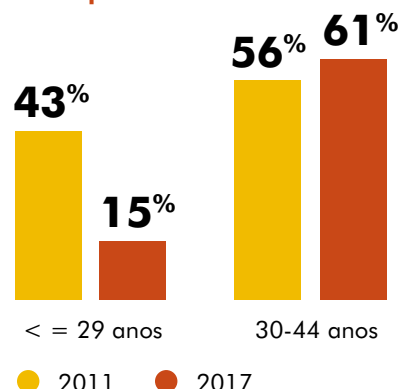


Figura 16
Evolução da riqueza líquida das famílias entre 2010 e 2017

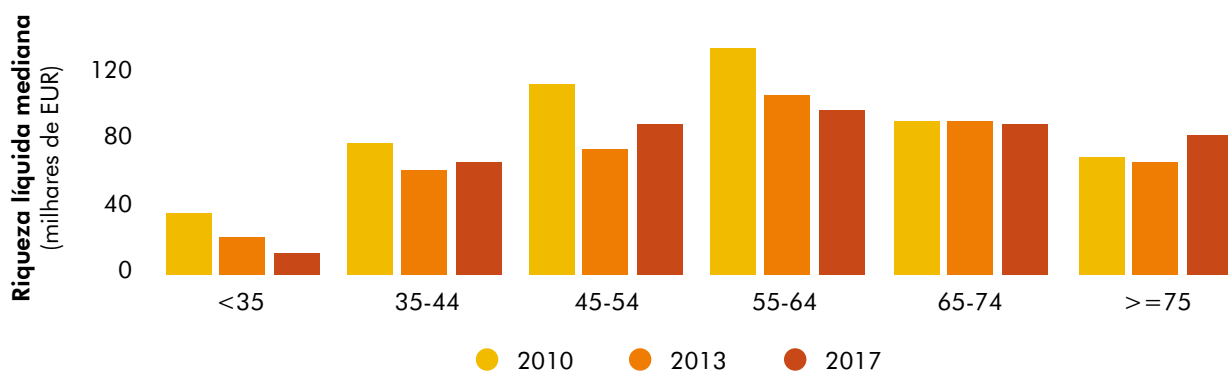
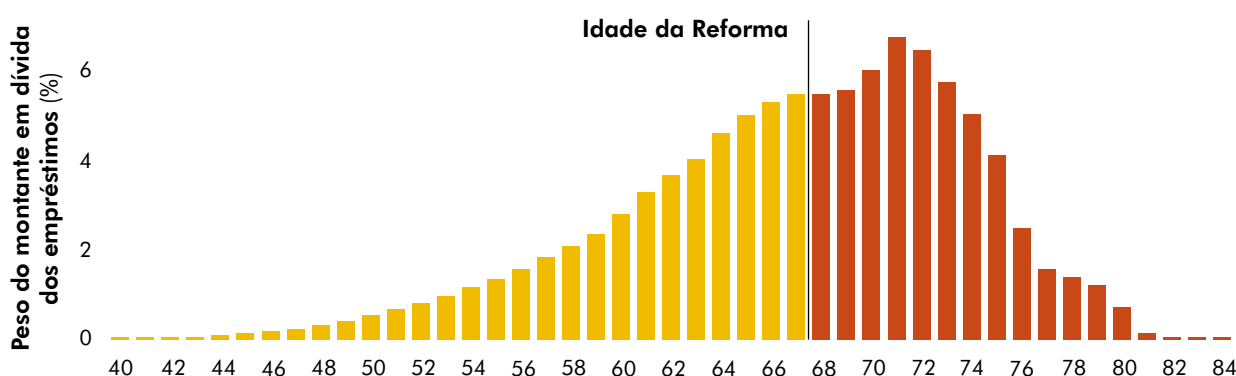


Figura 17
Distribuição dos montantes em dívida dos empréstimos à habitação às famílias por idade do mutuário no final do prazo do contrato (em percentagem, dados de junho de 2018)



Em conclusão, as gerações mais recentes não conseguem comprar casa, e quando conseguem é já numa fase de vida mais avançada, o que tem como consequência que os encargos com empréstimos à habitação tenderão a terminar já depois da idade da reforma.

4.2

AS FINANÇAS PÚBLICAS SÃO SUSTENTÁVEIS A LONGO PRAZO?

A sustentabilidade das Finanças Públicas é indissociável da redistribuição de recursos entre gerações. Se as finanças públicas não forem sustentáveis, as famílias no futuro serão obrigadas a pagar mais impostos, receber menos benefícios, ou desfrutar de menos bens e serviços públicos.

Os impostos pagos e os benefícios obtidos (saúde, educação, pensões, etc.) variam ao longo do ciclo de vida. Na idade ativa, a maioria das pessoas paga em impostos mais do que recebe em benefícios sociais. Na juventude e na reforma acontece o contrário (Figura 18).

No período 1995-2017 os impostos pagos e os benefícios obtidos nas diferentes fases de vida variaram de geração para geração. Na infância, entre os 0 e os 10 anos, as gerações mais recentes foram recebendo benefícios sucessivamente inferiores. Pelo contrário, durante a reforma, entre os 70 e os 80 anos, o aumento de benefícios das gerações mais recentes foi superior ao aumento de impostos (Figura 19).

Figura 18
Distribuição dos benefícios e impostos ao longo do ciclo de vida (dados de 2017)

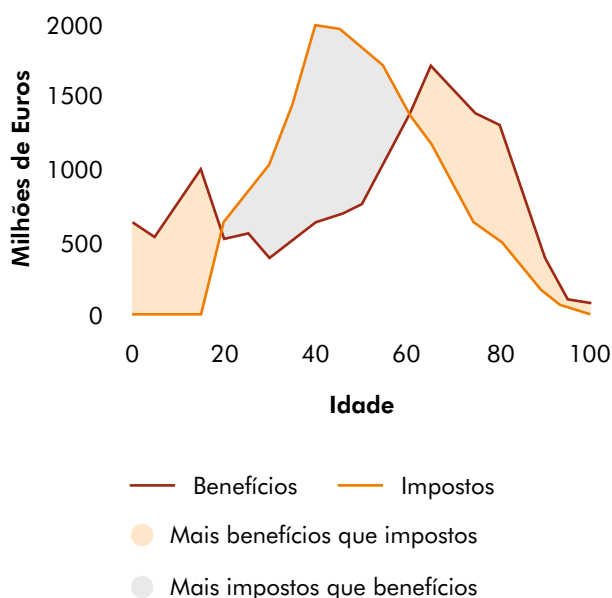
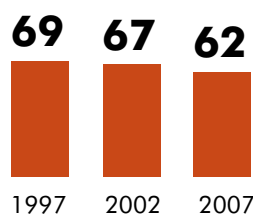
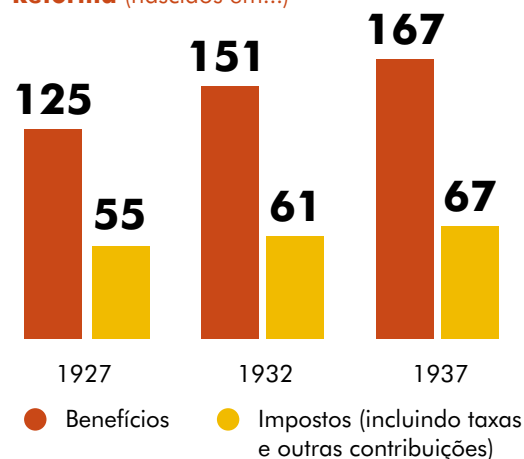


Figura 19
Benefícios e contribuições das várias gerações ao longo do período 1995-2017 (milhares de euros)

Infância (nascidos em...)



Reforma (nascidos em...)



O aumento da esperança média de vida e as baixas taxas de fecundidade estão a mudar a estrutura etária da população. No futuro, teremos menos pessoas em idade ativa a pagar impostos, e mais pessoas mais velhas a receber apoios. Se nada for feito, teremos um défice permanente nas contas públicas já a partir de 2030, que levará ao crescimento insustentável da dívida pública (Figura 20).

Com este cenário, assegurar a sustentabilidade das contas públicas nas atuais condições¹², exigirá aumentos permanentes e imediatos de impostos (+22%), ou reduções de despesa pública absolutamente incompatíveis (-19%) (Figura 21).

Figura 20
Evolução do défice primário em função das projeções demográficas

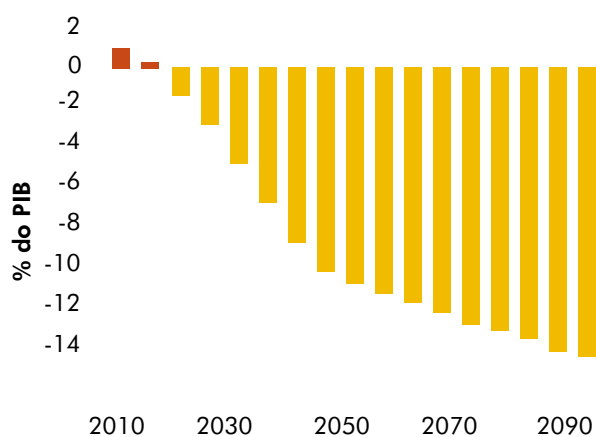
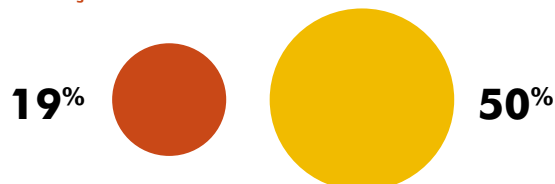


Figura 21
Ajustamento necessário para assegurar a sustentabilidade das contas públicas nas atuais condições

Aumento de impostos



Redução de benefícios



- Ajustamento nas gerações atuais e futuras
- Ajustamento apenas nas gerações futuras

E quanto mais tarde se agir pior. Se nada for feito, o ajustamento necessário será cada vez maior, deixando as gerações futuras sobrecarregadas de impostos, ou com muito menos apoios.

¹² Se a proporção entre os impostos e benefícios pagos/recebidos pelos mais novos e pagos/recebidos pelos mais velhos se mantivesse idêntica à de 2017

4.3

HÁ TRABALHO PARA A GERAÇÃO MAIS ESCOLARIZADA DE SEMPRE?

O trabalho é uma atividade crucial para avaliar e promover uma maior justiça intergeracional. No mercado de trabalho estão presentes de forma simultânea e dinâmica várias gerações, com diversos níveis de rendimento, proteção social e tipos de contrato.

Foram identificadas várias questões de equidade intergeracional que têm afetado as diversas gerações de trabalhadores nas últimas décadas.

Existe uma grande convergência dos salários base mediano entre as diferentes gerações, embora num patamar particularmente baixo de rendimentos e produtividade (600-650€), e mesmo se considerarmos o salário total mediano, esse valor não excede os 700-800€ (Figura 23).

O aumento salarial médio por ano adicional de escolaridade tem vindo a descer significativamente para as gerações mais recentes (de 10% para 5%) (Figura 22). Ou seja, apesar das gerações mais recentes serem mais escolarizadas que as suas antecessoras, isso não se está a refletir em melhores salários.

Figura 22
Aumento salarial médio por ano adicional de escolaridade (nascidos em...)

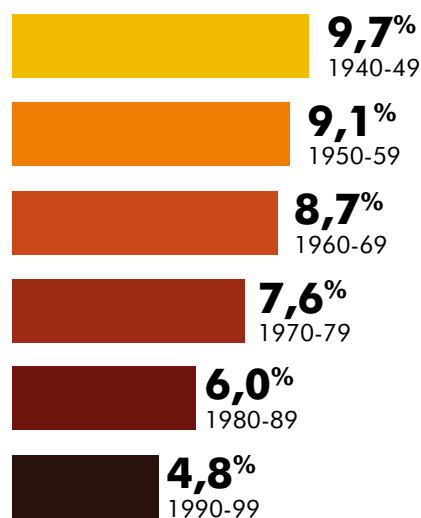
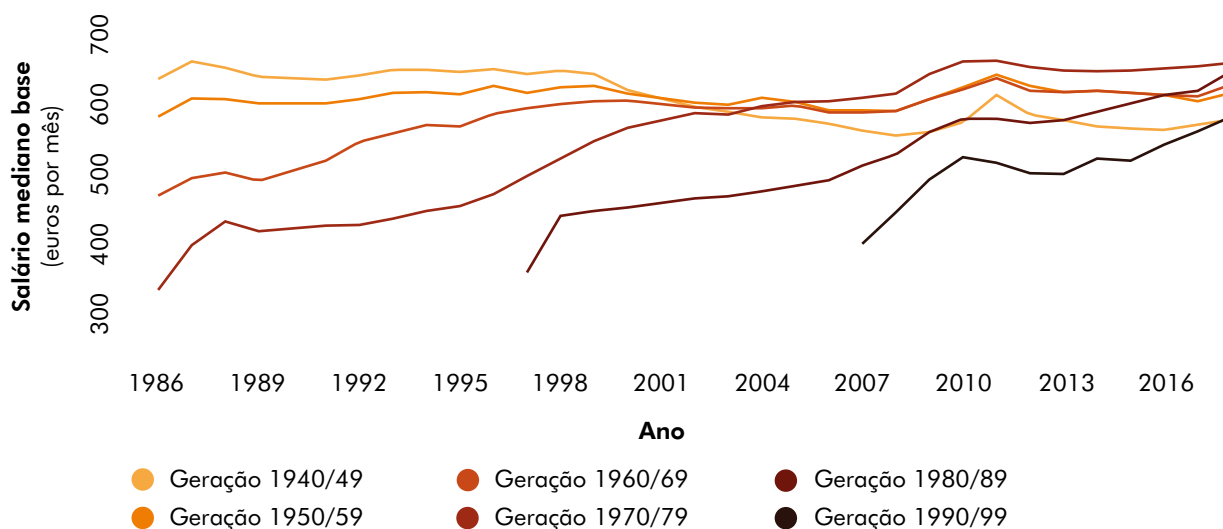


Figura 23
Evolução do Salário base mediano por geração



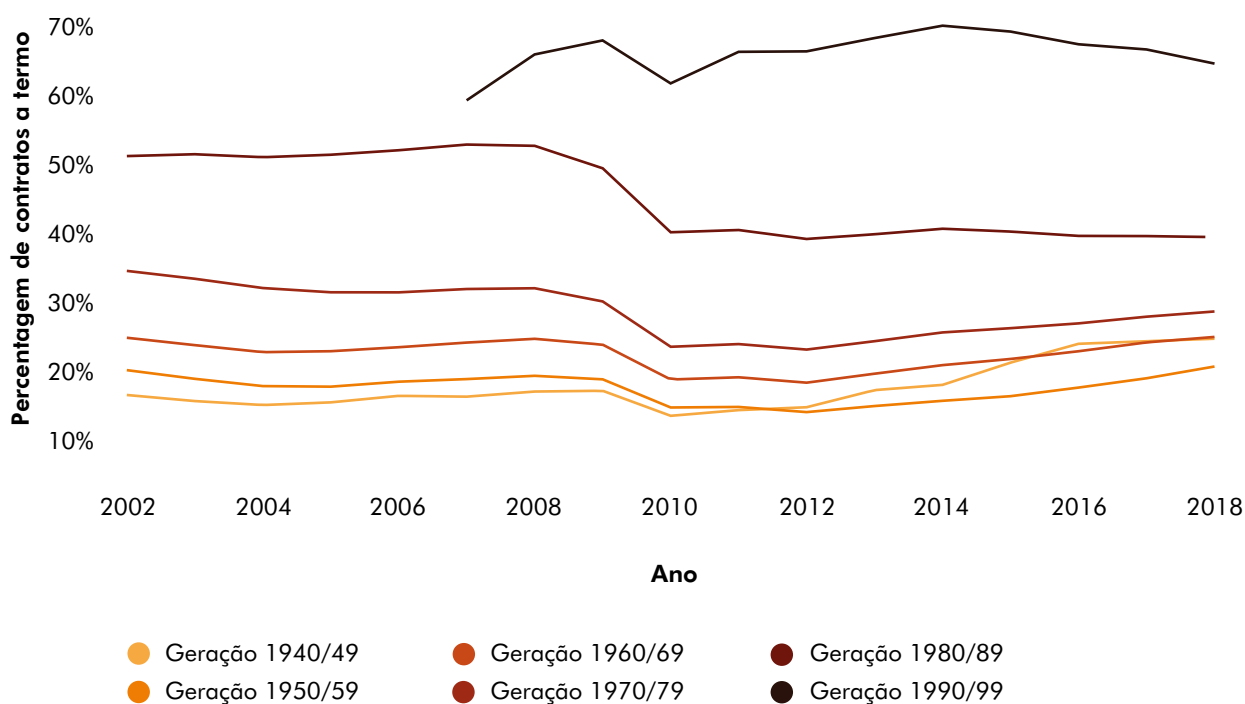
As gerações que entram no mercado de trabalho durante uma crise económica veem a sua evolução profissional a médio prazo prejudicada relativamente às outras gerações. Por exemplo, um trabalhador que tenha entrado no mercado de trabalho numa altura de desemprego 5% mais elevado do que a média, vai ter salários 5% mais baixos ao longo de toda a sua carreira (Figura 24).

Adicionalmente, dois terços das pessoas nascidas nos anos 90 têm contratos a prazo, quase o triplo dos nascidos antes de 1980 (Figura 25). E este cenário não muda à medida que os trabalhadores ficam mais velhos, uma vez que atualmente menos de 15% dos contratos a prazo são convertidos em contratos permanentes.

Figura 24



Figura 25
Evolução da % de contratos a termo por geração



Existem também diferenças significativas entre gerações no acesso a subsídios de desemprego, doença e parentalidade. Os trabalhadores nascidos nos anos 40 receberam um valor correspondente a 69% das suas contribuições. Em claro contraste, para as gerações nascidas nos anos 60 e seguintes, este valor foi de apenas 22% (Figura 26).

Em particular, verifica-se que, apesar de Portugal ter uma taxa de desemprego jovem muito elevada, o subsídio de desemprego tem um peso assinalável sobretudo a partir dos 50 anos (Figura 27). Este facto indicia a possibilidade de o subsídio de desemprego estar a ser utilizado mais como uma ponte para a reforma do que como uma prestação social.

Figura 26
Rácio entre os subsídios recebidos (desemprego, doença e parentalidade) e as contribuições efetuadas

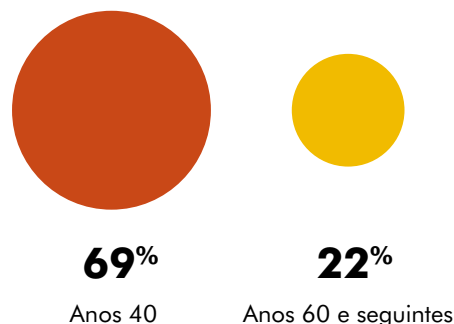
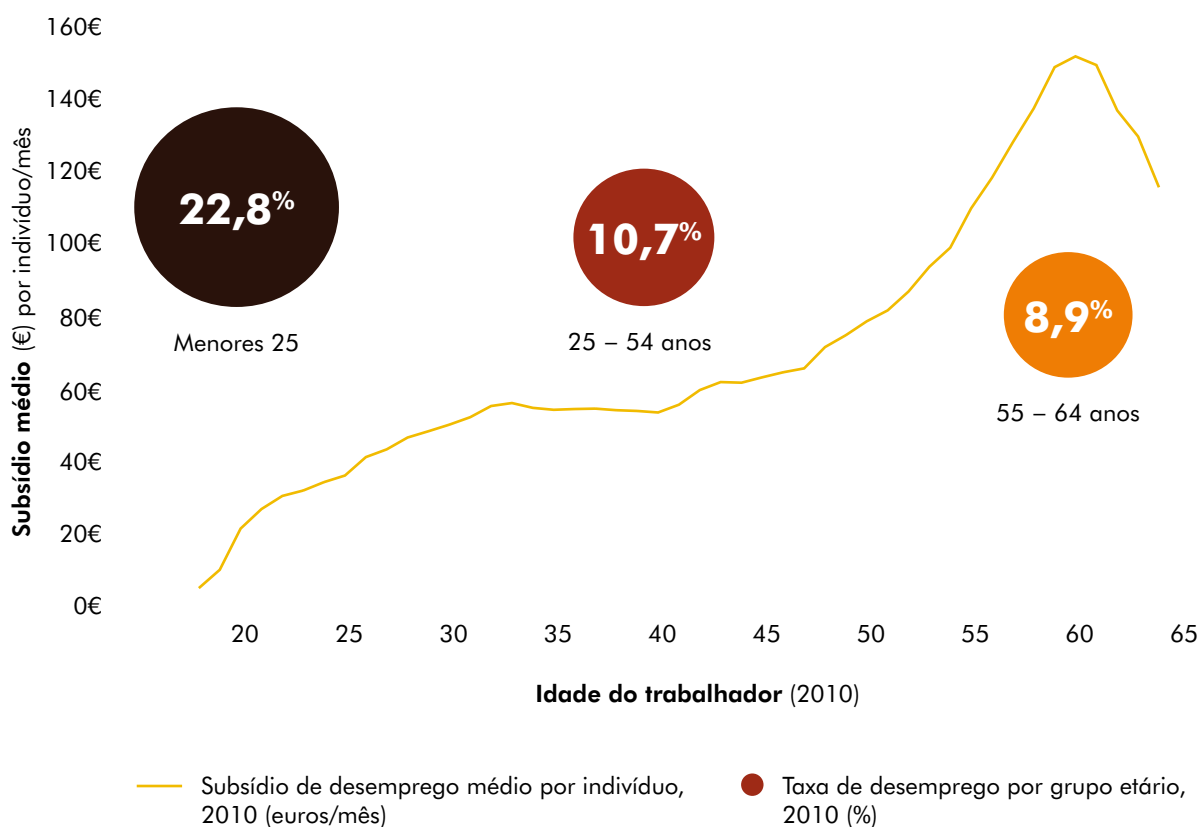


Figura 27
Comparação entre a taxa de desemprego e o subsídio médio, por grupo etário



4.4

QUE RECURSOS NATURAIS DEIXAMOS PARA AS GERAÇÕES FUTURAS?

Os padrões de desenvolvimento humano e as atividades económicas resultaram em desafios de sustentabilidade de escala e urgência sem precedentes, como as alterações climáticas e a perda de biodiversidade global.

Neste âmbito, a justiça entre gerações pode estar em causa se a pressão exercida por determinadas gerações exceder os limites ambientais do planeta Terra.

Os dados analisados mostram que Portugal ultrapassou os limites ecológicos em todas as categorias, sendo as áreas de maior preocupação as emissões de gases com efeitos de estufa, a produção de resíduos, e a poluição da água e do ar, que se encontram bastante acima do limite, e/ou com uma taxa de crescimento pronunciada (Figura 28).

Adicionalmente, as gerações mais velhas têm impactos ambientais per capita mais elevados do que as gerações mais jovens no que diz respeito à Poluição da Água (Figura 29) e à Pressão sobre os Ecossistemas.

Figura 28



Figura 29
Poluição da água por geração

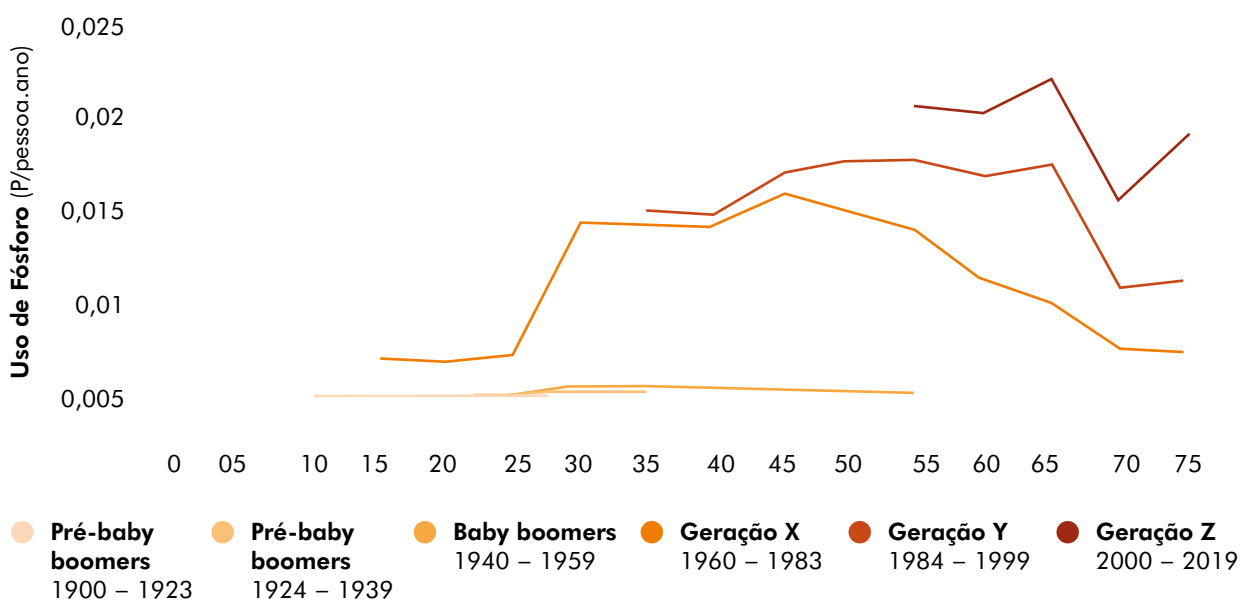
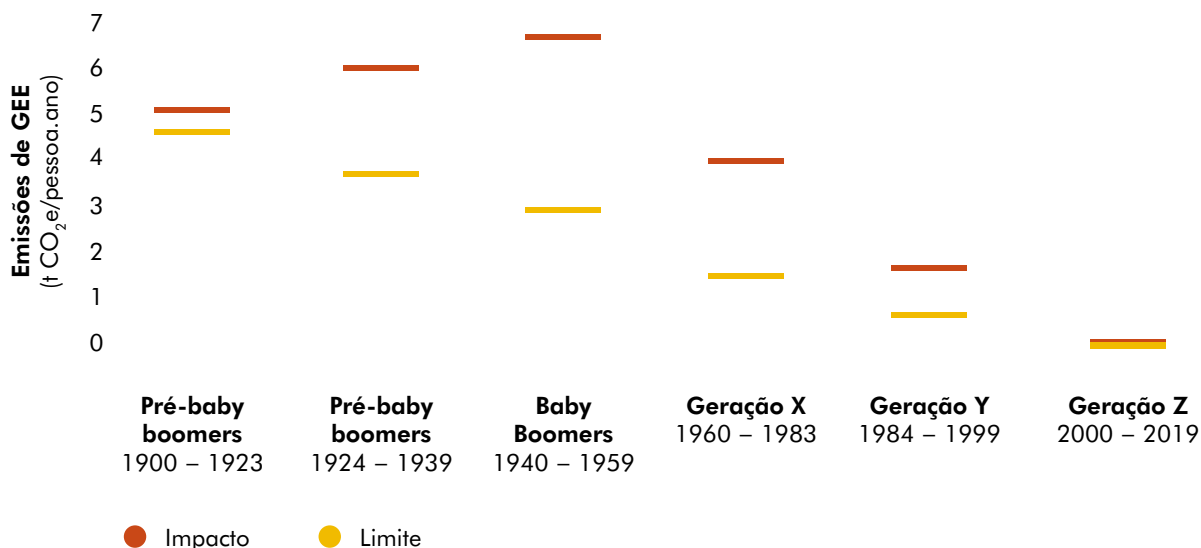


Figura 30
Alterações climáticas: impactos médios e limites por geração



Em todo o caso, todas as gerações têm ultrapassado os diversos limites ecológicos, sendo o crescimento económico a principal causa da transgressão destes limites. A única exceção é a Geração Z, que, todavia, ainda não atingiu a idade na qual tipicamente se verificam os níveis de consumo mais elevados (procura de energia, consumo de água, produção de resíduos, etc.) (Figura 30).

De salientar que a herança das gerações passadas acaba por ter um peso significativo no domínio das alterações climáticas. Para serem sustentáveis, as gerações presentes e futuras têm hoje disponível um limite de emissões de carbono que é 41% inferior ao que se verificava até aos anos 90 (Figura 31).

No entanto, apesar de ultrapassarem os limites em muitos indicadores, as gerações mais velhas contribuíram para a implementação de políticas que ajudaram a dissociar parcialmente os indicadores ambientais do PIB.

Estas políticas, como a introdução do gás natural, o investimento em fontes renováveis de eletricidade, as medidas de eficiência energética, as políticas para combustíveis e transportes mais limpos, e as políticas de valorização de resíduos (Figura 32), foram iniciadas a partir dos anos 90 e reduziram os impactos ambientais da sua própria geração e das gerações mais jovens.

Figura 31
Limite de emissões de carbono disponível

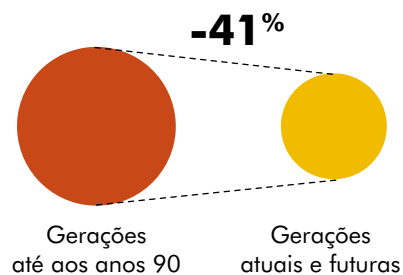


Figura 32





5.

**POLÍTICAS PÚBLICAS
MAIS JUSTAS PARA
TODAS AS GERAÇÕES**



Garantir o bem-estar para todos, incluindo as gerações futuras, implica muitas vezes tomar decisões a longo prazo. No entanto, pensar a longo prazo é difícil, porque o futuro é incerto e o presente é desafiante, fazendo com que as decisões sejam tomadas a pensar no imediato, originando escolhas que nem sempre são as melhores nem as mais justas a longo prazo para todos os envolvidos.

Tratar de forma justa de todas as gerações é importante, mas revela-se muito difícil de atingir: as gerações futuras não estão representadas e há pouca informação sobre o impacto das políticas públicas a longo prazo.

Em resposta a este desafio, a Fundação Calouste Gulbenkian e a School of International Futures desenvolveram, ao longo de dois anos, uma metodologia inovadora que possibilita aos decisores políticos, *media*, *think-tanks* e sociedade civil, avaliar o impacto das políticas públicas nas diversas gerações¹³, permitindo disponibilizar mais informação e promover debates rigorosos sobre temas que impliquem decisões difíceis, tornando mais claras as escolhas políticas com impacto a longo prazo.

Ainda neste âmbito, são vários os obstáculos que os decisores políticos enfrentam quando tentam implementar medidas políticas de longo prazo que favoreçam as gerações futuras, entre os quais a resistência geral dos indivíduos à mudança e a aversão dos políticos ao risco.

Tendo em conta o contexto desfavorável à implementação deste tipo de políticas, a Fundação promoveu uma análise de 10 tentativas concretas (bem-sucedidas e fracassadas) de implementação de políticas que visavam a resolução de problemas sociais a longo prazo (impondo custos no presente em nome das gerações futuras), identificando casos de sucesso nas últimas décadas - alguns dos quais bastante inovadores e que tornaram o país uma referência internacional¹⁴.

¹³ SOIF, 2021, <https://gulbenkian.pt/de-hoje-para-amanha/publication/politicas-publicas-justas-para-todas-as-geracoes/>

¹⁴ Moury, 2021, <https://gulbenkian.pt/de-hoje-para-amanha/publication/governar-para-a-proxima-geracao/>

5.1

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O que é?

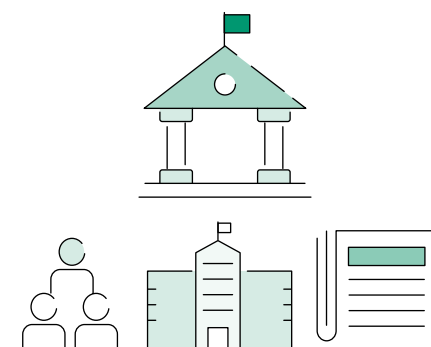
A Metodologia de Avaliação de Políticas Públicas é uma ferramenta que permite avaliar de forma sistemática e imparcial o impacto das políticas públicas nas diversas gerações, presentes e futuras, ajudando a prevenir futuros desequilíbrios intergeracionais.

Para que serve?

- Disponibilizar informação sobre o impacto das políticas a longo prazo;
- Gerar novas vozes e perspetivas que atualmente não são ouvidas;
- Promover debates rigorosos sobre temas que impliquem decisões difíceis, tornando mais claras algumas escolhas políticas;
- Mobilizar os cidadãos enquanto eleitores;
- Alavancar futuras exigências externas (por exemplo, da UE e da OCDE) para exercer pressão sobre o sistema político.

A quem se destina?

- **Especialistas do setor público**, que tenham como função desenvolver pareceres e recomendações formais ao governo.
- **Sociedade civil**: universidades, *think-tanks*, *media* e outras entidades ou cidadãos que queiram formar os seus próprios juízos, para ficarem mais esclarecidos e poderem fazer pressão sobre o poder político.



Como foi desenhada:

- Baseia-se nas melhores e mais recentes práticas de avaliação de políticas, gestão de risco e prospetiva estratégica;
- Inspira-se nas experiências internacionais bem sucedidas de países como o Japão, Singapura, País de Gales e França;
- Recebeu contributos de especialistas em direito, filosofia política, economia, sustentabilidade, e previsão e deliberação pública;
- Foi testada e aplicada a casos atuais em Portugal, e revista por peritos de instituições nacionais (Banco de Portugal, Conselho das Finanças Públicas, Tribunal de Contas, UTAO e UTAIL) e internacionais (OCDE, Comissão Europeia, Nações Unidas, etc.).

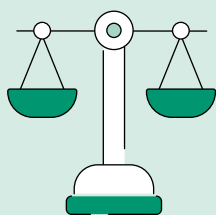
Como está estruturada:

- Necessita de um **enquadramento institucional**, que garanta:
 - A legitimidade na democracia representativa;
 - A independência do processo;
 - A responsabilização da sociedade civil.
- Requer um **processo e diálogo participativo** à escala nacional, que permita:
 - Gerar uma compreensão mais profunda de como a desigualdade, privilégio e exclusão são transmitidos através de gerações;
 - Identificar as diferentes perspetivas entre várias gerações e grupos de pessoas;

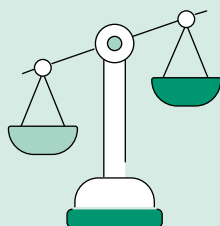
- Estabelecer uma visão coletivamente negociada do que é “justo” para as gerações futuras e de quais os *trade-offs* entre o presente e o futuro;
 - Formar objetivos coletivos desejados para o futuro de Portugal.
- Funciona através de um **instrumento** de avaliação de políticas **útil e prático**, que proporciona:
 - Critérios concretos de avaliação de políticas baseados na visão da sociedade para o futuro de Portugal;
 - Uma maior clareza sobre questões de equidade intergeracional associadas a cada política;
 - Uma compreensão detalhada do que é necessário para que a mudança aconteça nesse contexto.



O que é uma política justa para todas as gerações?



Uma política é **justa** para todas as gerações quando permite responder às necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades¹.



Uma política é **injusta** no seu impacto sobre as diferentes gerações quando:

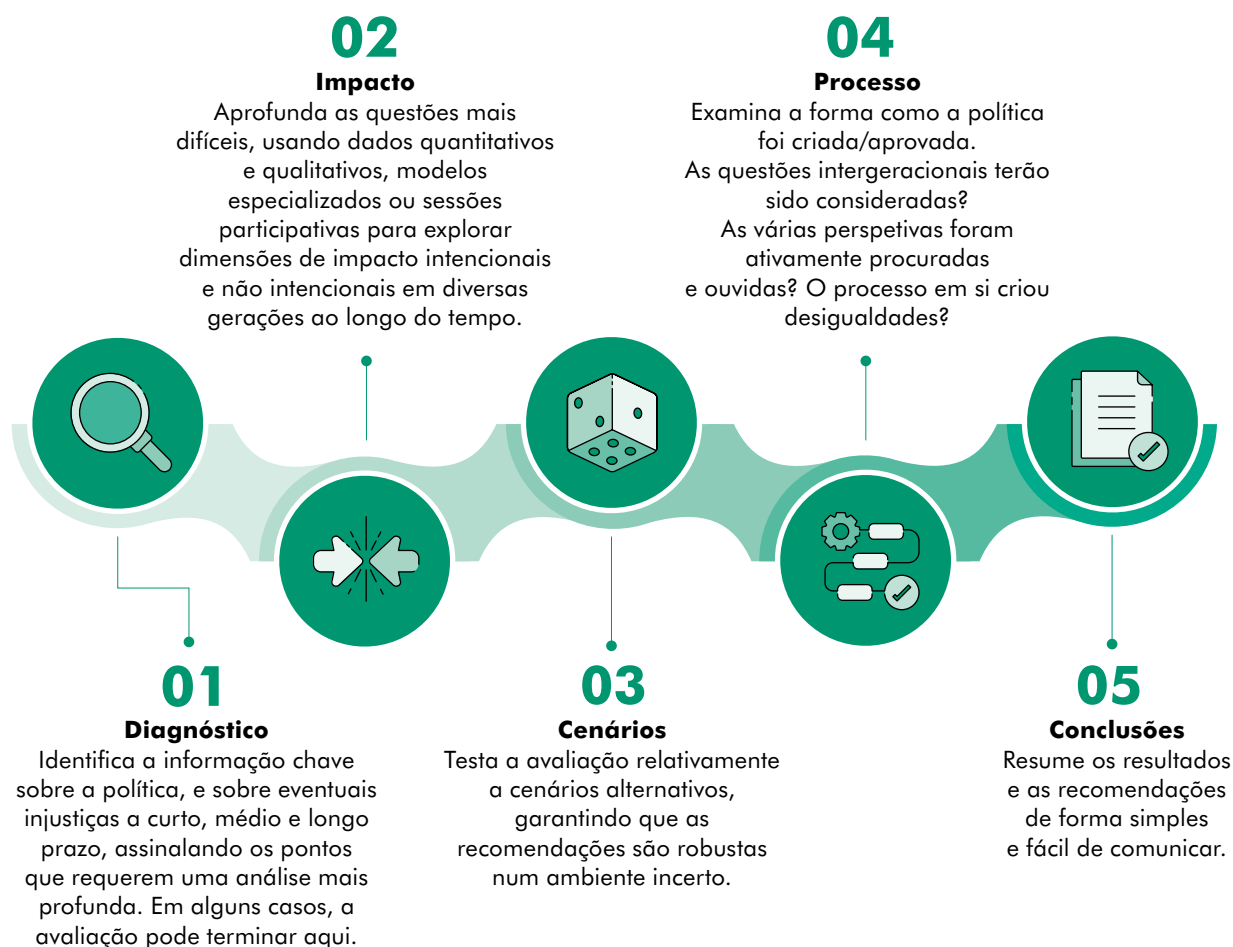
- Afasta Portugal da sua visão de futuro
- Desfavorece alguma geração, seja atual ou futura
- Desfavorece alguma faixa etária específica da população
- Reforça a transmissão de desigualdades através de gerações
- Limita as escolhas das gerações futuras

1. Adaptado do Relatório Brundtland “Our Common Future” (1987)

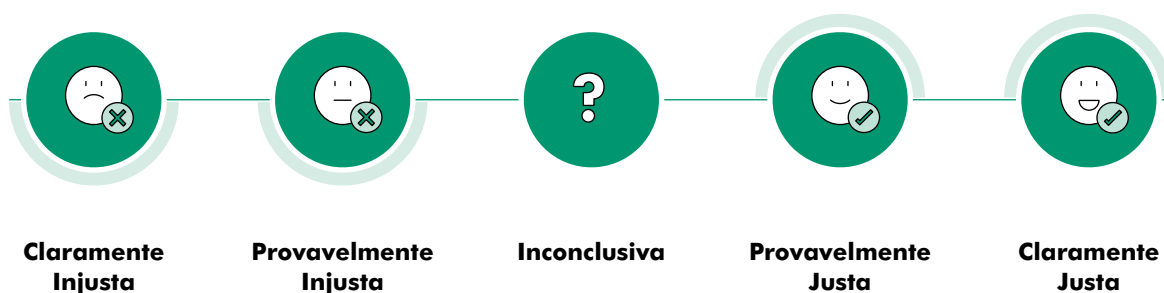
Como funciona?

Esta ferramenta procura identificar as diversas consequências de qualquer política pública na vida das pessoas e no ambiente onde vivem, no curto, médio e longo prazo. Reconhecendo que o futuro é incerto, testa várias hipóteses em diferentes cenários, para garantir que o resultado é robusto e adequado.

Inclui **cinco etapas flexíveis**, que poderão ser aplicadas a qualquer tipo de política ou decisão estratégica.



Após a avaliação, é criado um relatório com as principais conclusões e recomendações para os decisores, e com uma classificação global da política:



Esta nova metodologia está ao dispor do sistema político e da sociedade civil para promover uma maior equidade intergeracional, e posiciona Portugal na vanguarda de um movimento internacional para tornar a democracia mais resiliente aos desafios que se avizinham. Apesar de não se substituir aos processos de decisão, adiciona-lhes informação e destina-se a promover decisões e políticas públicas que sejam justas para todos: mais velhos, mais jovens e os ainda não nascidos.

5.2

QUE CONDIÇÕES FAVORECEM A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS A LONGO PRAZO?

Os custos de reformas de longo prazo são frequentemente certos, visíveis e concentrados, enquanto que os benefícios prometidos são difusos e menos visíveis. Esta constatação levanta as seguintes questões fundamentais: em que circunstâncias os decisores políticos têm a capacidade ou vontade de impor custos hoje para investir na solução de problemas sociais no futuro? Quais os fatores que têm um papel determinante no cumprimento ou incumprimento de reformas a longo prazo?

A análise efetuada mostra que a **procura de consenso** com as partes interessadas, ou seja, a disposição governamental para envolver a oposição, os *stakeholders* relevantes e encontrar compromissos, é o requisito mais importante. Mais importante inclusive do que haver mandato eleitoral. Alguns exemplos de casos de sucesso neste âmbito são a descriminalização do consumo de drogas, o alargamento da licença parental, a implementação da taxa de recursos hídricos (TRH), e a alteração dos critérios de despedimento por extinção do posto de trabalho. O contrato único de trabalho foi um caso de fracasso por falta de consenso.

A produção de **evidência científica** e a comunicação dos benefícios da medida também se mostraram importantes para elaborar a lei e justificar a sua adoção, como se verificou no caso da implementação da taxa de recursos hídricos e na descriminalização do consumo de drogas. Por falta de produção de evidência ou de comunicação dos benefícios, quer o imposto sobre heranças, quer o mapeamento dos habitats naturais, apesar de propostos, não chegaram a ser aprovados.

A existência de **constrangimentos europeus** e outras influências externas (ex.: crises), revelou-se um fator favorável a reformas de longo prazo e que se refletiu na aprovação da taxa de recursos hídricos, no alargamento da licença parental, e na aprovação dos novos critérios para despedimentos.

A **pressão social** vinda da opinião pública, da sociedade civil organizada (ONG, parceiros sociais, movimentos sociais) e dos media, também se revela eficaz para implementar reformas de longo prazo, como aconteceu no caso da descriminalização do consumo de drogas. A falta de pressão social contribuiu para a não aprovação do mapeamento dos habitats naturais.



O **mandato eleitoral** não se revelou um dos fatores mais relevantes, existindo diversas políticas que constavam de programas eleitorais e não foram implementadas.



Recomendações

1. O requisito **mais importante** para aprovar leis com impacto positivo a longo prazo passa por **envolver as partes interessadas**. Estar disposto a **fazer concessões**, possibilitando que a reforma seja aplicada de forma faseada, por exemplo, revela-se mais importante do que a medida estar incluída no programa eleitoral. Aliás, a combinação da **procura de consenso** com a saliência do problema pela população (gerando pressão social), parecem ser suficientes para garantir a adoção de políticas resistentes a longo prazo. Sempre que estas condições foram satisfeitas, as reformas foram aprovadas e sobreviveram.
2. Importa também **apostar na produção de conhecimento e evidência científica** sobre a medida, e também **comunicar efetivamente** quais os ganhos da mesma e os custos de não a implementar.
3. Caso o tema em questão não seja saliente para a população, poderá fazer sentido **utilizar constrangimentos externos** para **contornar interesses setoriais instalados**. No entanto, há que ter em atenção o risco de reversões no momento pós-crise. Nesse sentido, é importante pensar em mecanismos que possam «trancar a política», procurando consensos com as partes interessadas e com a oposição.



6.

CONCLUSÃO E AGRADECIMENTOS



6.1

CONTRIBUTO PARA A INVESTIGAÇÃO E PARA O DEBATE PÚBLICO

No início do projeto, em 2018, poucos ou nenhuns investigadores nacionais tinham na sua agenda de trabalho a justiça entre gerações. Em 2022, após 11 estudos promovidos pela Fundação e vários *policy briefs* publicados, a situação é consideravelmente diferente. Existe uma rede interdisciplinar de investigadores sobre o tema, provenientes de dezenas de universidades nacionais e estrangeiras, tendo a iniciativa Gulbenkian Intergeracional contribuído para mudar a agenda de investigação muitos deles.

A iniciativa Gulbenkian Intergeracional e os diversos estudos publicados têm tido uma ampla divulgação na comunicação social (TV, rádio, imprensa escrita e online) e nas redes sociais. Os estudos “Habitação Própria em Portugal: numa Perspetiva Intergeracional” e “A Equidade Intergeracional no Trabalho em Portugal”, entre outros, continuam ainda hoje a ser citados com regularidade.

“O vosso projeto mudou a agenda dos investigadores mesmo, acabei de escrever um projeto ERC que propõe medir, explicar e melhorar a 'long-term policy capacity' dos governos. O vosso projeto foi fundamental para me interessar neste tema.”

Autor de estudo

+300

artigos ou notícias, com alcance potencial de 24,5 milhões de pessoas

~5 milhões

de pessoas alcançadas nas redes sociais, e ~2 milhões de interações

+70 mil

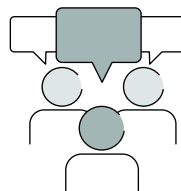
visualizações no site dedicado à Justiça Intergeracional

+6500

downloads de publicações

2022 fica também marcado pela realização da conferência internacional “O estado do futuro: um compromisso entre gerações”, comissariada por Pedro Pita Barros, que reuniu na Fundação decisores políticos, academia, e sociedade civil para debater um novo contrato social que garanta um futuro mais justo para todas as gerações.

A Fundação é atualmente convidada com regularidade para falar sobre o tema em conferências, seminários e outros eventos, tendo passado a ser uma referência incontornável na área.



150

participantes presenciais

~2000

participantes online

na conferência “O estado do futuro: um compromisso entre gerações”

6.2

CONTRIBUTO PARA COLOCAR O TEMA NA AGENDA POLÍTICA NACIONAL E INTERNACIONAL

Neste âmbito, um dos pontos chave passou pelo desenvolvimento da Metodologia de Avaliação do Impacto Intergeracional de Políticas Públicas, que foi testada e aplicada a casos atuais em Portugal e revista por especialistas do Banco de Portugal, Conselho das Finanças Públicas, UTAIL, UTAO e Tribunal de Contas, que deram feedback muito positivo sobre a sua participação no projeto.

O alcance da metodologia foi além das instituições envolvidas no projeto, tendo sido capacitadas diversas organizações na utilização desta ferramenta, permitindo-lhes experimentar este método de avaliação a partir de exercícios com políticas concretas. De entre as várias sessões de formação efetuadas, destaca-se a realizada, em maio de 2022, junto da equipa da Casa Civil do Presidente da República, a convite do próprio Presidente.

“The qualitative questions were very valuable to think through. We identified risks that we wouldn’t have otherwise. It fits effectively within the risk identification step of our existing process.”

“The tool is simple and flexible and allows for a comprehensive and structured analysis.”

Instituições parceiras do projeto

“É um debate do presente, mas sobretudo um debate do futuro. E é nas respostas que formos capazes de encontrar em conjunto, entre várias áreas e setores, que reside a consolidação do nosso sistema político, económico e social. É neste estado de espírito que entendi que a Casa Civil do Presidente da República deveria ter uma formação na metodologia de impacto intergeracional de políticas públicas desenvolvida pela Fundação Gulbenkian e pela School of International Futures.”

Marcelo Rebelo de Sousa, março 2022

A nível internacional, a Fundação foi convidada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) para apresentar, na sede da organização em Paris, a iniciativa Gulbenkian Intergeracional, com foco na Metodologia. Esta apresentação, em junho de 2022, foi o ponto principal do ciclo de seminários da OCDE sobre Capacitação da Juventude e Justiça Intergeracional, sendo que os resultados deste debate vão apoiar as discussões sobre a implementação da próxima *OECD Recommendation on Creating Better Opportunities for Young People*.

6.3

ASSEGURAR A CONTINUIDADE DA INICIATIVA NA SOCIEDADE CIVIL

Chegado o fim dos 5 anos da iniciativa, procurou-se assegurar que a “agenda” da justiça intergeracional fosse assumida pelas entidades da academia e da sociedade civil interessadas em dar continuidade e escalar as iniciativas desenvolvidas, baseando-se no legado do trabalho da Fundação.

Neste contexto, está a ser apoiado o Economics for Policy Knowledge Center da NOVA SBE, que criou uma equipa para aperfeiçoar e utilizar regularmente a Metodologia de Avaliação, publicando as avaliações efetuadas e dando formação às entidades interessadas.

Adicionalmente, está a ser apoiado o Institute of Public Policy (IPP) na criação e divulgação pública de um índice de justiça intergeracional agregado, com indicadores nas áreas da habitação, mercado de trabalho, ambiente, contas públicas, saúde, e pobreza/desigualdade, permitindo continuar a investigação e o debate em temas essenciais para avaliar as desigualdades entre gerações.

habitação
mercado de trabalho
ambiente
contas públicas
saúde
pobreza/desigualdade



6.4

AGRADECIMENTOS

Não teria sido possível levar a cabo este projeto sem a colaboração de um extenso número de pessoas e organizações, a quem deixamos o nosso agradecimento.

- **Pedro Pita Barros**, consultor do Projeto Justiça Intergeracional
- **João Sousa**, equipa Projeto Justiça Intergeracional
- **Catarina Andrade**, equipa Projeto Justiça Intergeracional
- **João Labareda**, equipa Projeto Justiça Intergeracional
- **Carolina Lopes**, equipa Projeto Justiça Intergeracional
- **Mónica Barreiros**, equipa Projeto Justiça Intergeracional
- **Miguel Poiares Maduro**, Fórum Futuro
- **Gonçalo Moita**, Fórum Futuro
- **Raquel Vaz Pinto**, Fórum Futuro
- **António Vicente**, Fórum Futuro
- **Elisabete Caramelo**, Fundação Calouste Gulbenkian
- **Luís Proença**, Fundação Calouste Gulbenkian
- **Inês Rapazote**, Fundação Calouste Gulbenkian
- **Nuno Prego**, Fundação Calouste Gulbenkian
- **Susana Prudêncio**, Fundação Calouste Gulbenkian
- **Clara Vilar**, Fundação Calouste Gulbenkian
- **Marta Gonçalves**, Fundação Calouste Gulbenkian
- **Pedro Relvas**, Fundação Calouste Gulbenkian
- **Carolina Ladeira**, Fundação Calouste Gulbenkian
- **Rui Gonçalves**, Fundação Calouste Gulbenkian
- **Pedro Calado**, Fundação Calouste Gulbenkian
- **Luís Jerónimo**, Fundação Calouste Gulbenkian
- **Paulo Madruga**, Fundação Calouste Gulbenkian
- **Ana Garcia**, Prime IT
- **Axel Gosseries**, Université Catholique de Louvain
- **Sandra Maximiano**, ISEG
- **Catherine Moury**, NOVA FCSH
- **Daniel Cardoso**, NOVA FCSH
- **Maria Cerejo**, NOVA FCSH
- **Joana Gonçalves de Sá**, NOVA SBE
- **Lília Perfeito**, NOVA SBE
- **Paulo Almeida**, NOVA SBE
- **Margarida Gaspar de Matos**, FMH-UL
- **Cátia Branquinho**, FMH-UL
- **Romana Xerez**, ISCSP

- **Elvira Pereira**, ISCSP
- **Francielli Dalprá Cardoso**, ISCTE
- **Susana Peralta**, Nova SBE
- **Vera Gouveia Barros**, ISEG
- **Francesco Franco**, Nova SBE
- **João Tovar Jalles**, ISEG
- **Luis Teles Morais**, Nova SBE e IPP
- **Tiago Bernardino**, Stockholm University
- **Ricardo Reis**, LSE - London School of Economics
- **António Afonso**, ISEG
- **José Alves**, ISEG
- **Miguel St. Aubyn**, ISEG
- **Joana Silva**, Universidade Católica Portuguesa
- **Anna Bernard**, Universidade Católica Portuguesa
- **Pedro Martins**, NOVA SBE
- **Ana Rute Cardoso**, IEA - Spanish National Research Council
- **João Cerejeira**, Universidade do Minho
- **Tiago Domingos**, IST
- **Ricardo Vieira**, IST
- **Antonieta Cunha-e-Sá**, NOVA SBE
- **Miguel Bastos Araújo**, Universidade de Évora
- **Ana Paula Costa**, NOVA FCSH
- **Mafalda Escada**, NOVA FCSH
- **Cat Tully**, SOIF - School of International Futures
- **Julie Jenson Bennett**, SOIF - School of International Futures
- **Ellen Shepherd**, SOIF - School of International Futures
- **Johann Schutte**, SOIF - School of International Futures
- **Ana Furtado**, Tribunal de Contas
- **Ariana Paulo**, Conselho das Finanças Públicas
- **Manuel Cabugueira**, UTAIL - Unidade Técnica de Avaliação de Impacto Legislativo
- **Rui Baleiras**, UTAO - Unidade Técnica de Apoio Orçamental
- **Vanda Cunha**, Banco de Portugal
- **António Antunes**, Banco de Portugal

Evidentemente que a mudança não acontece apenas com este projeto. Mas é um primeiro passo tangível para trazer o tema da justiça intergeracional para a discussão pública e para a agenda política, contribuindo para a promoção de um novo contrato social que garanta um futuro mais justo para todas as gerações.

Luís Lobo Xavier

Coordenador do Projeto Justiça Intergeracional

